

**AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXX/UF**

FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, portadora da Cédula de Identidade RG nº X.XXX.XXX - SSP/UF e do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX e seu esposo **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, portador da Cédula de Identidade RG nº X.XXX.XXX - SSP/UF e do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residentes e domiciliados no ENDREÇO - **CEP: XX.XXX.XXX - FONE: XXXXX.XXXXX**, endereço eletrônico: XXXXXX@XXXXXX.com e XXXXXX@XXXXXX.com por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, vem a presença de Vossa Excelência, requerer

**AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA REALIZAÇÃO DE MANOBRAS DE
ABORTAMENTO COM PEDIDO LIMINAR**

nas dependências do Hospital Santa Helena, cujas despesas deverão ser custeadas pela Cassi Reciprocidade, pelos fatos que passa a expor:

DOS FATOS

A Requerente encontra-se grávida com X semanas de gestação, e convive juntamente com seu esposo **FULANO DE TAL**.

Conforme demonstram os documentos anexados, o feto apresentou o diagnostico de , ou seja, , conforme demonstra a ultrassonografia morfológica ora juntada.

Após realização de novo exame morfológico, evidenciou-se, ainda, além das anomalias acima informadas, , conforme documento anexo.

Segundo o posicionamento do medico, **esse quadro é classificado como incompatível com a vida extra uterina do feto.**

Somando-se a absoluta impossibilidade de sobrevivência do feto, **a saúde da gestante corre risco**, pois a mesma vem apresentando algumas complicações constantemente como, , entre outras.

A conclusão do médico ginecologista obstetra, Dr. XXXXX - CRM XXXXX, deu-se no sentido de que não é justo prolongar o sofrimento da Requerente (gestante), em prejuízo de sua saúde, pois o óbito fetal ou após parto é inexorável.

Ressalte-se ainda que a continuidade da gravidez trará evidentes malefícios psicológicos e físicos à gestante, sendo necessário preveni-la de um risco iminente, grave e inútil à sua integridade física e psíquica.

Em razão da necessidade da retirada do feto, foi solicitado ao plano de saúde da autora a autorização para sua internação, tendo a empresa informado que somente fornecerá a autorização após o presente provimento judicial, por se tratar de aborto.

O Plano de Saúde (XXXXX), mesmo com a solicitação de urgência e emergência do médico, solicitou, num primeiro momento, o prazo de X horas para análise da autorização do aborto, mas, após, pediu que a autora enviasse a ordem judicial para fazer o procedimento.

DO DIREITO

A Requerente corre risco em sua saúde física e mental, pelo fato de manter uma gestação inútil e sofrida que terá, como

desfecho sabido, um feto natimorto ou um recém-nascido com inviabilidade vital. Seria humana essa cruel imposição à gestante?

A jurisprudência tem admitido que, para se resguardar a saúde da mulher, inclusive o Supremo Tribunal Federal é cabível, por analogia com o artigo 128, inciso I, do Código Penal, autorização judicial para o abortamento, com o espoco de se resguardar a higidez física e psicológica da desafortunada mãe, senão vejamos:

ADPF-QO 54

Ementa e Acórdão (2)

27/04/2005

TRIBUNAL PLENO

QUEST. ORD. EM ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO

FUNDAMENTAL 54-8 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

ARGÜENTE(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS

TRABALHADORES NA SAÚDE - CNTS

ADVOGADO(A/S) : LUÍS ROBERTO BARROSO E OUTRO(A/S)

ADPF - ADEQUAÇÃO - INTERRUÇÃO DA GRAVIDEZ - FETO ANENCÉFALO - POLÍTICA JUDICIÁRIA - MACROPROCESSO. Tanto quanto possível, há de ser dada seqüência a processo objetivo, chegando-se, de imediato, a pronunciamento do Supremo Tribunal Federal. Em jogo valores consagrados na Lei Fundamental - como o são os da dignidade da pessoa humana, da saúde, da liberdade e autonomia da manifestação da vontade e da legalidade -, considerados a interrupção da gravidez de feto anencéfalo e os enfoques diversificados sobre a configuração do crime de aborto, adequada surge a argüição de descumprimento de preceito fundamental.

ADPF - LIMINAR - ANENCEFALIA - INTERRUÇÃO DA GRAVIDEZ - GLOSA PENAL - PROCESSOS EM CURSO - SUSPENSÃO. *Pendente de julgamento a argüição de descumprimento de preceito fundamental, processos criminais em curso, em face da interrupção da gravidez no caso de anencefalia, devem ficar suspensos até o crivo final do Supremo Tribunal Federal.*

ADPF - LIMINAR - ANENCEFALIA - INTERRUÇÃO DA GRAVIDEZ - GLOSA PENAL - AFASTAMENTO - MITIGAÇÃO. *Na dicção da ilustrada maioria, entendimento em relação ao qual guardo reserva, não prevalece, em argüição de descumprimento de preceito fundamental, liminar no sentido de afastar a glosa penal relativamente àqueles que venham a participar da interrupção da gravidez no caso de anencefalia.*

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por Supremo Tribunal Federal maioria, em referendar a primeira parte da liminar concedida,

relativa ao sobrestamento dos processos e decisões não transitadas em julgado, vencido o ministro Cezar Peluso, em revogar a segunda parte, em que se reconhecia o direito constitucional da gestante de submeter-se à operação terapêutica de parto de fetos anencéfalos, vencidos os ministros Marco Aurélio, relator, Carlos Britto, Celso de Mello e Sepúlveda Pertence. Ainda por maioria, o Tribunal entendeu admissível a argüição de descumprimento de preceito fundamental e, ao mesmo tempo, determinou o retorno dos autos ao relator para examinar se é caso, ou não, de aplicação do artigo 6º, § 1º, da Lei nº 9.882/1999,

vencidos os ministros Eros Grau, Cezar Peluso, Ellen Gracie e Carlos Velloso, que não a admitiam.

Brasília, 27 de abril de 2005

“Afigura-se admissível a postulação em juízo de pedido pretendendo a interrupção de gravidez, no caso de se constatar a má-formação do feto, diagnosticada a ausência de calota craniana ou acrania fetal, com previsão de óbito intra-uterino ou no período neonatal. Apesar de não se achar prevista dentre as causas autorizadas do aborto, dispostas no art. 128 do CP, a má-formação congênita exige a situação anômala específica à adequação da lei ao avanço tecnológico da medicina que antecipa a situação do feto” (TAMG - Ap. Civ. 264.255-3 - Rel. Juiz DUARTE DE PAULA - 3ª C. Civ. - J. 23.9.98 - M. V.) (RT 762/147).

“Feto portador de anencefalia - Anomalia comprovadamente incompatível coma vida extra-uterina - Interrupção da gravidez, na hipótese, que evita, sobremaneira, o sofrimento físico e psicológico - Direito liquido, certo e até natural à medida almejada, que independe de norma jurídica positiva - Autorização judicial - Admissibilidade - Segurança concedida. Impossível a sobrevivência do feto, deve ser autorizado o aborto” (TJSP - MS 329.564-3 - 1ª C. Crim. - Rel. Des. DAVID HADDAD - J. 20.11.2000 - Un.).

“Aborto. Pedido de autorização judicial para interrupção terapêutica da gestação. Indeferimento do pedido pelo Juiz criminal em 1º grau. Interposição de apelação criminal e,

concomitantemente, de agravo de instrumento, visando à obtenção da medida antes do julgamento da apelação, deferida pelo Relator e confirmada pela Câmara. O processo não é um fim em si mesmo, é instrumento à realização do direito, aliando-se à situação exposta, que é realmente gravíssima e não pode esperar o procedimento atinente à apelação criminal. Se, do ponto de vista médico, não há outra alternativa, senão a interrupção terapêutica da gestação, cabe ao juiz equacionar diante das circunstâncias únicas do caso e, juridicamente, encontrar solução, tanto para o reconhecimento do recurso adequado, como para seu julgamento, uma e outra vinculada, no caso concreto, ao valor prevalecente da saúde e da vida da gestante. Estudos médicos, que demonstram a procedência do pedido e enfatizam a existência de sério risco à vida da gestante, além do estado do conceito, cuja saúde não se pode cientificamente estabelecer, devido às múltiplas malformações, nem sua vida salvar, lamentavelmente. A existência de perigo atual à saúde da gestante e, para mais disso, de risco iminente à sua vida, em maior ou menor grau, são bastante em si à caracterização da necessidade do aborto, como único meio seguro para o resguardo da pessoa da gestante, caso não haja interrupção natural da gestação. Em medida ou proporção adequada, deve-se exigir a existência de perigo sério à vida da gestante, entretanto, não a ponto de exigir que lhe seja iminente ou quase atual a própria morte, porque então poderá ser tardia qualquer intervenção médica. Conhecimento e provimento do recurso” (RJTJERGS 208/99).

Destarte, pugna que seja concedida a **AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA A INTERRUPÇÃO MÉDICA DE GESTAÇÃO** como a única medida possível para preservar a saúde e o bem-estar físico da Requerente, devendo, para tanto, ser expedido ofício ao Hospital TAL e ao Plano de Saúde para que o procedimento médico seja realizado o mais rápido possível, inclusive para evitar mais sofrimento à requerente, com base no art. 128, inc. I, do Código Penal.

O esposo da autora, segundo requerente, concorda com o pedido pleiteado na presente inicial, assinando, inclusive, a presente peça processual.

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

- a) O direito de justiça gratuita, por ser o requerente e seus familiares economicamente hipossuficientes, conforme declarações anexas, nos termos do artigo 98 do CPC;
- b) A intimação do ilustre representante do Ministério Público;
- c) Seja em sede de tutela provisória de urgência, com fundamento no art. a **AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA A INTERRUPÇÃO MEDICA DE GESTAÇÃO** como a única medida possível para preservar a saúde e o bem-estar físico da Requerente;
- d) a expedição de ofício ao Hospital TAL e ao Plano de Saúde (XXXX) para que possa realizar o procedimento, em caráter de urgência e emergência, conforme declarado pelo médico.

Termos em que,
Pede Deferimento.

XXXXXXX-UF, DIA de MÊS de ANO.

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL
Defensor Público